

Questão agrária, o massacre de Pau d'Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças¹

Agrarian question, the Pau d'Arco massacre and violence in Amazon: interview with Ulisses Manaças

Cuestión Agraria, el masacre del Pau d'Arco y violencia en la Amazonia: entrevista con Ulises Manacas

José Sobreiro Filho

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

E-mail: sobreirounesp@gmail.com

Ulisses Manaças

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e Via Campesina

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Gostaria que você caracteriza-se como ocorreu a concentração de terras no Pará, as relações oligárquicas e também as relações com o capital estrangeiro para entender um pouco mais o que é essa Questão Agrária do Pará.*

ULISSES: Primeiro, nós estamos vivendo um contexto mundial de um processo cada vez mais crescente de oligopoliozação da agricultura, da produção agrícola no mundo. A agricultura no planeta inteiro passou a ficar refém, na verdade, do capital financeiro no plano internacional. O capital financeiro que é, digamos assim, o capital hegemônico na sociedade acabou absorvendo esse capital menor. Então a agricultura passou a ser muito mais um elemento de mercado. Com as definições sobre os investimentos na agricultura, sobre a própria produção agrícola não são definidas mais nas microrregiões. Elas são definidas no mercado internacional, no Banco Mundial, no Fundo Monetário Internacional e com isso decorre a chamada divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, da produção. O Brasil ficou muito mais com essa tarefa de ser um grande produtor de *commodities* agrícolas, um produtor de matérias-primas primárias para o abastecimento do capitalismo central. O país hoje retrocedeu. Da década de 30 até a década de 90 era um país que tinha um processo de industrialização. A década de 90 gera um colapso nesse processo de industrialização dependente, mas era um país que se industrializou e virou a oitava economia mais importante do mundo e de repente acontece um processo, com o advento do neoliberalismo, de

¹ A versão preliminar desta entrevista foi publicada no Boletim Dataluta em junho de 2017.

retrocesso e desindustrialização do Brasil. Com a desindustrialização o Brasil volta a ser, na verdade, como na origem do processo de colonização, um país que produz matérias-primas para o centro do Capital. De um modo que a gente hoje a gente produz e exporta para o mundo matéria-prima bruta como suco de laranja, café, gado em pé, carnes e frangos, ferro bruto ainda para ser processado fora do Brasil. Então o Brasil voltou a ser um país que depende basicamente do saldo da balança comercial destes produtos que são as *commodities*. Isso jogou para o território um reordenamento do processo fundiário. Ou seja, o Capital precisava de uma grande reforma interna para poder dar base para esse modelo ser implantado e nessa passagem da década de 90 é que com o Governo do Fernando Henrique Cardoso que se consolida esse modelo. O Governo do FHC consolidou o que se chama de Novo Mundo Rural que tinha várias subpolíticas para consolidar essa reforma agrária que o Capital precisava. Isso de certa forma se consolidou num país que tinha várias empresas nacionais no campo agrícola e agrário e que foram sendo transnacionalizadas. As empresas internacionais entraram, chegaram no território e tivera incentivos fiscais do Estado brasileiro e foram comprando um conglomerado de empresas. Então hoje o Brasil está conectado ao capital internacional através das transnacionais no campo da produção. Isso obviamente precisava da consolidação de um campo auxiliar. O Pará especificamente e a região Amazônica é tida pelo capital como a última grande fronteira a ser expandida no território. Se você pegar os grandes biomas brasileiros, todos eles estão articulados com o grande Capital. Se pegar os Pampas tem grande produção de soja, de milho e outras *commodities*. Eles avançam no Cerrado Brasileiro que está completamente dominado por setores do Agronegócio, mais especificamente a soja. A Mata Atlântica brasileira é um espaço completamente dominado pelo grande Capital, se pegar naquele eixo São Paulo-Minas Gerais a produção de cana-de-açúcar para a produção dos agrocombustíveis. O Nordeste também monopolizado e hegemônico pelo grande capital. E a região Amazônica por conta, na realidade por ser ainda esse grande reservatório de matérias-primas de um ecossistema muito mais complexo e por consequência também das dificuldades de transportes e infraestrutura nessa região acabou relativamente preservada. E hoje para o Capital, para esse modelo do chamado Agronegócio que é a junção dos grandes fazendeiros com a composição por estados com o Capital financeiro internacional, para poder esse modelo se sustentar, que hoje representa mais de 40% do saldo da balança comercial brasileira e grande parte das exportações brasileiras, e para se consolidar precisa de mais quantidade de terras. Por que? Porque é um modelo que leva rapidamente a terra à exaustão. Então precisa de novas terras para se reproduzir. Então a Amazônia é esse grande espaço. Primeiro porque se tem reservas ambientais que o Estado garantiu a proteção para ninguém destruir e o Capital precisa dessas áreas. Você tem uma grande quantidade de terras que são pertencentes à Federação/União e ao Estado Paraense e são relativamente protegidas. Ao mesmo tempo você tem a menor

densidade demográfica do Brasil nessa região. E o Pará se destaca nessa região por que? Porque é o Estado que tem mais facilidade de acesso do ponto de vista do transporte. Você tem aqui o eixo hidroviário Araguaia-Tocantins, eixos hidroviários da ilha do Marajó que conectam com o Oceano Atlântico, a possibilidade de chegar através da Bacia do Amazonas para aquela região do Baixo Amazonas no Estado do Pará e isso sem contar o aspecto rodoviário, pois é o estado que tem o melhor acesso de toda a Região Amazônica. Portanto, o Pará se projetou ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 como um grande escoador de todos os conflitos e tensões sociais no Brasil. Por que? Porque a própria Ditadura Militar incentivou, organizou e financiou a vinda de setores econômicos e empresariais do Brasil inteiro para essa região como forma primeiro de colonizar a região amazônica. Criaram então um lema “Uma terra sem homens para homens sem terras” para estimular o fluxo migratório para a região como forma primeiro de garantir a salvaguarda da fronteira pretensa de um inimigo externo. Segundo, para diminuir a tensão porque aconteceram lutas camponesas em várias regiões do Brasil como no Centro-Oeste, Nordeste e no Sul do Brasil também, especialmente no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Como forma de diminuir essas tensões foram dadas vastas quantidades de terras num processo de colonização na época da Ditadura na Região Amazônica e especificamente no Estado do Pará. Com essa migração trouxe um conjunto grande camponeses pobres, mas ao mesmo tempo de grandes proprietários de terras que foram agraciados com a Ditadura Militar. Inclusive o Capital financeiro internacional. Aqui, bancos como o Bradesco e o Bamerindos na época e que hoje é HSBC garantiram grandes quantidades de terras doadas pela Ditadura Militar com fortes incentivos fiscais. E que foram promotores também de gravíssimos crimes ambientais na região. Com todo esse cenário de concentração fundiária, de migração em massa para a região Amazônica e para o Estado do Pará gerou todo esse caldeirão de tensão fundiária no Estado, sem contar nisso a falta de agilidade e o desinteresse político do Estado em organizar o processo de ordenamento fundiário. Nós sempre tivemos aqui um caos fundiário, que é um grande responsável por todo esse processo de explosão de violência. Ou seja, latifundiários e grileiros de terras que avançam sobre terras onde residem populações camponesas como ribeirinhos, quilombolas, camponeses sem-terra, pequenos agricultores, extrativistas como os povos das florestas. Então essas grandes corporações, esses grandes empresários capitalistas que vieram em busca de terra na Região Amazônica avançam sobre essas terras e exatamente lá na ponta começam grandes conflitos fundiários. Primeiro porque a maioria das propriedades de terras aqui no Pará, mesmo com o ordenamento fundiário feito no chamado Terra Legal, são terras do Estado que são griladas. Então essas terras ainda exigem um processo de disputa que desrespeitando a constituição e o Estado não consegue resolver. Isso gera, obviamente, diversos casos de explosão de violência. Então o Pará tem vários cenários montados. Você tem, por exemplo, o processo de migração mais antigo do Estado

que são as regiões Sul e Sudeste do Pará quando vieram para cá durante as décadas 60 e 70 grandes proprietários de terras. Terras que foram griladas, terras que foram dadas para 20 anos de exploração e depois repassaram do Estado e latifundiários se apropriaram dessas terras de forma indevida e comercializaram essas terras. Isso se reproduz como um caos fundiário. Você tem a Região do Baixo Amazonas, a Região do Xingu também como uma região onde avança o processo de migração interna e também com o processo de explosão do conflito. Também uma região de grande colonização especialmente nas décadas de 60 e 70 onde enviaram uma quantidade gigantesca de camponeses especialmente do Centro-Sul brasileiro e dos estados do Nordeste. E lá também criaram esses problemas porque também são terras que não foram regularizadas. Tanto que o Pará, por conta desse caos fundiário, é o único estado que tem três superintendências regionais do INCRA. Você tem a SR 27 que fica em Marabá, a SR 01 que tem sede em Belém e a SR 30 tem sede em Santarém. Isso para o INCRA tentar garantir o ordenamento fundiário de realização da Reforma Agrária e mesmo assim não tem conseguido dar conta de toda essa demanda e isso tem explodido numa situação de violência. Então é todo esse cenário. Primeiro temos o papel da iniciativa privada que avança desrespeitando a legislação ambiental, desrespeitando a legislação trabalhista e desrespeitando a própria constituição brasileira. Segundo temos a leniência e a participação do Estado que em parte foi colaborador e organizador desse processo na região e, ao mesmo tempo, por conta da sua incompetência não consegue resolver os conflitos. No nosso entendimento, tem origem no processo de ordenamento fundiário e na realização da Reforma Agrária.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *É possível perceber que há uma dependência crônica do Capital em relação ao Estado aqui na região da Amazônia e, sobretudo, aqui no Pará por ser uma fronteira conflituosa. Isso me leva a pensar, com base no par ofensiva-resistência, se nós teríamos uma tipologia de conflitos e se teríamos uma mobilidade desses conflitos visto o avanço do capital rumo à floresta. Como isso tem se dado nos últimos tempos?*

ULISSES: Nós temos feito bastante debates dentro dos movimentos sociais para tentar caracterizar o que são esses conflitos. Pode-se dizer que temos conflitos de natureza estulta quase especificamente que é o problema fundiário, mas que ao mesmo tempo temos vários ciclos onde esses conflitos explodem. Essas regiões Norte e Nordeste do Pará foram a primeira fronteira aberta do processo mais recente. Nós tivemos no período do processo de colonização da região eram os rios as grandes estradas. Eram por meio dos rios que você desenvolvia a região, tanto que as grandes cidades, as mais antigas do estado do Pará e da Amazônia são nas margens dos rios porque o processo de adentrar na floresta, dominar a floresta e criar um processo de colonização é muito mais difícil. Só que na década de 50, com a abertura da Belém-Brasília especialmente, teve um processo de expansão generalizada

desse grande latifúndio na região. Inicialmente a ideia do Presidente Juscelino Kubitschek era abrir a Belém-Brasília e nas margens criar um grande processo de reforma agrária. Conectar os produtores rurais, os trabalhadores pequenos e médios garantindo lotes de propriedade de terras para garantir um processo para o mercado interno de consumo de massa. A ditadura militar rompeu esse processo e agraciou ao entorno das rodovias grandes latifundiários, grandes empresas nacionais e internacionais. Então isso gerou um palco de conflito e tensão. Se analisar da década de 50 até 80, as pessoas que eram assassinadas eram por conflitos nessa região Norte e Nordeste do Pará. Depois disso na década de 80 é aberta a Transamazônica e o palco do conflito migra também para essa região. No Sul e Sudeste do Pará teve a implantação de grandes projetos do Estado brasileiro como, por exemplo, a Mineração no caso da Serra dos Carajás: o projeto Grande Carajás; a abertura da Serra Pelada, um grande garimpo na região; e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Toda a criação daquele parque mineral, da produção de energia e da mineração gerou, sem contar a consolidação do latifúndio pela Ditadura Militar que cedeu terras para grandes empresas, gerou um fluxo migratório gigantesco para essa região. Ou seja, milhares de trabalhadores pobres oriundos da seca no Nordeste, dos conflitos agrários no Centro-Oeste migram para essa região em busca de terra e em busca de trabalho e vão para esses projetos. Só que esses grandes projetos, alguns ao serem fechados e ao concluírem a sua realização como é o caso da hidrelétrica de Tucuruí e Serra Pelada. Quando fecham esses grandes projetos se gera uma população, uma massa sobrando que não tem, na verdade, espaço no meio desses grandes projetos porque a mineração exige uma formação qualificada desse trabalhador. Então essas pessoas que margeiam esses grandes projetos não têm essa possibilidade. Ou seja, grandes cidades vão surgindo nessa região num espaço muito pequeno de tempo como é o caso de Parauapebas, uma cidade que não tem trinta anos e já tem duzentos mil habitantes, você tem o caso de Canaã dos Carajás, uma cidade que não tem vinte anos e é uma cidade que ultrapassa os cinquenta mil habitantes e com perspectiva de chegar a cem mil habitantes, ou seja, as cidades foram crescendo e expandindo na região por conta desse fluxo migratório na região e o grande Capital não absorve essa mão de obra. É exatamente essa massa de sobrando, de pessoas que vieram do campo, a grande maioria veio do campo, que é o tecido social que os movimentos sociais da região organizam para a ocupação de terras ocupando o grande latifúndio e gera o caos e tensão muito grande. Então é uma região muito rica do ponto de vista dos recursos naturais, mas ao mesmo tempo muito pobre do ponto de vista da assistência e políticas sociais. Então, toda essa massa é o combustível necessário para a explosão das ocupações de terras e ao mesmo tempo para a repressão do Estado, porque o Estado paraense ele se elegeu e se consolidou através de uma violência muito brutal contra o seu povo. Então essa região do Oeste e Sudoeste do Pará tem a origem do conflito através do processo de fluxo migratório em massa e também do incentivo do

próprio Estado paraense. No Baixo Amazonas, na região do Xingu, tivemos a abertura da Transamazônica, a consolidação de grandes projetos na região também, mas é um processo de abertura da fronteira agrícola mais recente. Na década de 70 houve em toda a Transamazônica e na Santarém-Cuiabá um grande palco do conflito, mas agora o grande Capital se consolida de forma gigantesca e brutal. Primeiro porque teve o incentivo do Estado, projetos como o Novo Mundo Rural do governo FHC, o Plano de Aceleração do Crescimento nos governos do PT desde 2003, fizeram o capital se consolidar na região e ao mesmo tempo explodir em novos conflitos como é o caso de Belo Monte, o caso da soja na Santarém-Cuiabá na BR 163, o caso da instalação de grandes infraestruturas como o caso da Cargil no Porto de Santarém, que é um porto maior inclusive que a Companhia Docas do Estado. Grandes projetos se consolidaram na região e agora as Hidrelétricas com cerca de trezentas sendo projetadas somente para a região Amazônica. Então esses grandes projetos estão sendo assentados em terras onde já existem pessoas, sejam comunidades indígenas, quilombolas e comunidades extrativistas como os chamados povos das florestas. Então isso tem gerado um deslocamento dessa violência para onde o grande Capital vai se consolidar. Então o mapa da violência e da explosão dos conflitos está exatamente onde o Capital se assenta, se consolida e gera uma disputa por território com populações que já moram lá por centenas de anos inclusive. No caso dos povos originários, os indígenas, há milênios já estão. Então o mapa do conflito está exatamente onde o Capital avança. No Sul e Sudeste do Estado do Pará, onde explodiu agora um caso de violência gravíssimo onde morreram só nessa região 16 trabalhadores nos últimos dois meses, se tem um latifúndio antigo, mas ao mesmo tempo uma modernização do consórcio entre o latifúndio e as empresas de mineração. Só para se ter uma ideia, os grandes projetos do latifúndio, como o caso da Fazenda Maria Bonita e Fazenda Cedro na região de Marabá, Eldorado, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Parauapebas, grandes fazendas de produção de gado já têm pedido no DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) de direito de lavra dessas terras nessa região. Ou seja, o capital destrói a floresta numa primeira frente, depois vem a agropecuária ou a produção de monocultivo e depois tem a mineração conjugada a esse mesmo processo. Então o Grande Capital não tem contradição na sua lógica de dominação e atua de forma conjugada em uma grande frente. Então, isso tem gerado uma explosão de conflitos que tem ceifado a vida de milhares de pessoas atualmente.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Quando olhamos a história do Pará, sobretudo pensando os conflitos no campo, podemos fazer algumas diferentes alusões às guerras civis, com esmagadora desigualdade de correlação de forças, que não é reconhecida pelo Estado. Temos um processo extremamente hostil relacionado ao campesinato associado ao amplo processo de expropriação e exploração intensa do trabalho e que vem sofrendo alterações,*

criando mais capilaridade, e se complexificando ao longo do tempo. Mas como poderíamos compreender o nosso tempo atual? Qual a atualidade desse processo conflituoso?

ULISSES: Na verdade, os conflitos no campo, primeiro eles têm uma origem na forte atuação do Estado. O Estado, nós não podemos dizer que ele é conivente com esse processo porque ele também é organizador do processo brutal de violência no campo. Desde a colonização aqui, passando, por exemplo, pela Cabanagem que foi uma grande tentativa do povo de tomar iniciativa e tomar o poder para mudar os rumos da organização política democratizando o acesso à terra, se teve uma resposta muito dura do próprio Estado. O Estado reprimiu violentamente esses trabalhadores por conta das suas lutas que são direitos constitucionais, direitos civilizatórios da população do campo na Amazônia e no Pará procuraram buscar. Mas teve, por outro lado, primeiro o Estado nunca se comprometeu com uma efetiva Reforma Agrária aqui. No máximo, nós tivemos foi uma política de assentamentos e de colonização. Isso passando da Ditadura Militar, o processo de abertura democrática e os atuais momentos de tensão social no país. Então o Estado nunca se comprometeu efetivamente com uma reforma agrária do ponto de vista de democratizar o acesso à terra e criar um mercado interno de consumo de massa. Tivemos no máximo políticas de assentamento e colonização. Isso gerou todo esse caos de tensão social. Existem milhares de camponeses pobres na região que dependem de políticas públicas, especialmente de reforma agrária e isso não é efetivado. Isso gera luta social. No entorno da luta social tem a resposta do latifúndio. Por outro lado, tem, digamos assim, outros setores do campesinato que são os povos originários, povos da floresta, indígenas, extrativistas e quilombolas que já vinham a milênios e centenas de anos nesse território aqui que sempre viveram, sempre produziram e nunca receberam nenhuma política pública do Estado para fazer isso aí. Essas pessoas resistem no território há muito tempo e são exatamente essas pessoas que são alvos da cobiça, esses territórios que são alvos da cobiça do grande Capital. Por que? Porque são territórios protegidos. São territórios preservados. Porque esses povos resistem, vivem, garantem a sua subsistência e não depredam o grande meio ambiente e esse grande Capital sabe que tem uma riqueza natural muito grande nesse território. Água, a biomassa, subsolo e isso é alvo de cobiça. Então esse é um dos elementos de conflito e tensão na região. O outro é desse grande Capital privado que, em busca de expansão do seu modelo chamado Agronegócio, disputa palmo-a-palmo o território com essas populações daqui do campo. No momento, nós temos um processo de espacialização do conflito. Por que espacialização? Não é em um território localizado qualquer o conflito. Hoje você tem no Sul e Sudeste do estado a disputa com o grande capital, a disputa com a mineração e tem ao mesmo tempo os territórios tradicionais de comunidades de quilombolas e indígenas onde o agronegócio avança, mas organizado pelo Estado brasileiro e pelo Estado paraense. Um exemplo são as chamadas hidrovias que procuram agora garantir um grande escoadouro de transporte e produção do eixo Centro-Sul brasileiro que vai

conectar os portos de Vila do Conde, que está sendo triplicado, ao novo porto dos Pardais, que está sendo projetado para as regiões de Curuçá e ao próprio porto de Belém, as grandes hidrovias Araguaia-Tocantins, a hidrovia do Marajó, a hidrovia do Tapajós irão, na verdade, passar pelas comunidades tradicionais por grandes territórios de comunidades tradicionais gerando um grande conflito. As chamadas hidrelétricas com um processo de inundação porque aqui os rios são de planície, portanto se você represa um rio pega um território muito grande que é inundado e vão acabar também com grandes sítios arqueológicos, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e isso também gera conflito. O asfaltamento e a distribuição de terra, por conta do Estado, a grandes empresas para exploração da floresta na Santarém-Cuiabá e na própria Transamazônica também tem gerado conflitos com as populações tradicionais, os povos das florestas da região. As ferrovias, como a empresa Vale pretende duplicar a sua ferrovia que vem da Serra dos Carajás até o porto de Barcarena à Vila do Conde ao mesmo tempo fazendo uma nova rota de ferrovia, minerodutos como caso de Moju passando no meio de comunidades quilombolas. Toda essa tensão que não é iniciativa pura e simplesmente privada, é a iniciativa do Estado patrocinando essas iniciativas que gera essa tensão muito grande. Ou seja, o conflito, se pegar agora aqui na região da ilha do Marajó a consolidação do modelo de produção de monocultivo de arroz por parte dos arrozeiros que estão migrando em massa para essa mesma região, ou seja, aqui na região Norte e Nordeste do Pará que foi escolhido pelo governo brasileiro na época do governo Lula como o melhor microclima para a produção da palma de dendê para os agrocombustíveis, para a indústria de alimentos também tem gerado conflitos com os assentados, sem-terra, pequenos agricultores, comunidades quilombolas e indígenas na região. Ou seja, tem por conta não só do avanço do agronegócio, mas ao mesmo tempo o patrocínio do próprio Estado na consolidação desse modelo predatório na região. Isso é na verdade um grande combustível. Portanto, o conflito, ele não está localizado em uma determinada região, ele está completamente espacializado aqui no Pará exatamente onde está a trajetória de expansão desses projetos.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *É possível perceber que a situação do conflito é ampla. É possível identificar ela espacializada por toda a Amazônia e que se descortina para a sociedade a partir do momento que o capital se territorializa, sobretudo, através de uma relação promiscua com o Estado. Trazendo essa contextualização para o plano atual de violência crescente e dos fatos que ocorreram recentemente, eu gostaria de saber quantos ameaçados nós temos hoje no campo, quantas pessoas foram vítimas de violência e quais os tipos de violência que nós temos e que não se restringem à violência física, mas também ao território, à cultura etc.*

ULISSES: Aqui, nós temos segundo os números da CPT, num cálculo bem mais recente que fizemos desde 1996 que foi o ano do massacre dos Carajás até o ano de 2016, tivemos 801

assassinatos. Isso sem contar os 36 assassinatos que nós tivemos agora em 2017. Até agora em 2017 foram então 837 assassinatos no campo no Brasil e desses, no Estado do Pará, foram mais de 300 assassinatos até meados de 2017. Por que nós pegamos só desde a contabilidade de 96? Porque 96 foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás e foi na verdade um marco, um divisor de águas. Porque o movimento social foi se dando conta ao mesmo tempo de que as forças de repressão do Estado são colaboradoras do processo de violência. Segundo, porque o Estado fez uma autocrítica pela participação daquela chacina, mas ao mesmo tempo especializou na sua forma de tratar os conflitos no campo. Então o Estado se equipou e criou tropas específicas para fazer as reintegrações de posses. Então o Estado se reorganizou para enfrentar os conflitos no campo. O que supunha para nós que teríamos uma diminuição da violência e nós não tivemos. Há vários ciclos sazonais de explosão de violência. Nós tivemos diminuição dos assassinatos, mas não a diminuição dos conflitos. Então há uma grande contradição nisso. Os conflitos se multiplicaram. Os casos de tortura, os casos de despejos violentos sejam por parte do Estado ou sejam por parte dos despejos clandestinos organizados pelos latifundiários, os atentados, as iniciativas de tentar ceifar a vida dos trabalhadores e os deslocamentos forçados de populações inteiras. Então isso gerou vários processos de violência, seja a violência psicológica com despejos de famílias inteiras que não tem para onde ir e são jogados na rua com uma atuação parcial do judiciário que garante a reintegração de posse para o latifundiário, para o grileiro de terras em terras ilegais sem ao mesmo tempo convocar para um diálogo a população que está disputando a terra. Então um processo de atuação parcial do judiciário. Ao mesmo tempo você tem a conivência do judiciário por conta do processo de não condenação dos mandantes e dos executores dos assassinatos no campo. Se for analisar, nós não temos condenações nos últimos casos. Pouquíssimos os que tiveram. Somente seis mandantes foram a julgamento. Você teve o caso emblemático da irmã Dorothy e os assassinos, no caso o mandante Bida e o Taradão estão na região provocando inclusive novas ameaças contra os trabalhadores na região de Altamira e na região de Anapú. Então são casos emblemáticos de violência. Mesmo no caso de Eldorado dos Carajás você teve a condenação do Coronel Pantoja e do Major Oliveira, mas eles estão respondendo em liberdade e recorrendo com a possibilidade que lhes é cabível dentro da legislação. E você teve a absolvição de todos os soldados que participaram do massacre. Isso demonstra o caso da impunidade. Então, toda essa onda de violência que está aqui tem uma atuação direta do Estado por patrocinar essa onda de violência. Mas ao mesmo tempo você tem a atuação da pistolagem que é um braço, digamos assim, clandestino do grande capital que atua perseguindo seletivamente trabalhadores e trabalhadoras do campo, assassinando. Nos casos dos assassinatos, o que colabora com o processo de violência, o que amplia a possibilidade da impunidade, em cerca de 70% de todos os casos de assassinatos no campo, é que você não tem um inquérito policial

concluído. Se você não tem um inquérito policial concluído, você não tem a condenação. Você não tem a quem acusar, não tem um crime solucionado. Então esse é o grande amparo para as ações. Uma outra questão é que temos no caso dos ameaçados de morte não tem um programa, na realidade tem um programa estadual de proteção à vítima de violência, mas ele não está implementado, não está regulamentado. Está aprovado na assembleia legislativa no Estado do Pará, mas não está regulamentado e se tem no campo, com o governo Federal, um programa de proteção às vítimas de violência no campo que não tem cobertura nem de 10% de todos os problemas de ameaças de morte. Nós fizemos uma contabilidade e a última era de 2007 em que você tinha mais de 113 trabalhadores ameaçados de morte. Na maioria dos casos eram quem? Lideranças de movimentos sociais, posseiros, garimpeiros, indígenas e quilombolas. São essas as principais pessoas ameaçadas e não tem sequer nenhuma proteção do Estado. Hoje, na contabilidade nós tivemos, na última reunião com os movimentos sociais e eles estão fazendo um novo levantamento para fazer uma nova lista de ameaçados de morte. Se pegar uma lista bem parcial, tem no mínimo entre 100 e 200 lideranças e trabalhadores rurais ameaçados de morte aqui no Estado do Pará com toda certeza. Qual o grande problema? Se você comparar os assassinatos no campo com os assassinatos que ocorrem na cidade, obviamente que o número é muito maior, mas aqui, diferente dos assassinatos urbanos, aqui a violência é seletiva. As pessoas que morrem são lideranças forjadas em anos e anos de ocupação e em luta em defesa dos direitos humanos. Então o processo de assassinato aqui é seletivo, ou seja, se assassina para eliminar o processo de luta social no campo.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Observamos ao longo das últimas duas décadas uma transferência da estratégia em alguns lugares do país da pistolagem para a judicialização. Então tivemos um processo de perseguição política de diferentes lideranças e muitas sendo presas injustamente. Mas quando chegamos no caso do Pará, nos parece que isso não é ainda a atualidade. Por que que ainda temos tão forte as práticas como pistolagem, assassinatos e ameaças aqui no Pará?*

ULISSES: Esse processo de judicialização está presente também no estado. Nós temos um forte processo de criminalização da luta social. Por que? Primeiro porque a luta pela terra no Pará na década de 80 quando há o processo de abertura democrática, a retomada dos grandes sindicatos aqui das mãos dos chamados pelegos e se teve um processo de lutas massivas na região. O novo sindicalismo emergiu aqui, que não era mais aquele sindicalismo ligado ao Estado, à Ditadura Militar na década de 80. Especialmente grandes sindicatos foram retomados aqui em Conceição do Araguaia, Marabá, Santarém etc. Sindicatos importantes. Toda essa região norte e nordeste do Pará, região de luta intensa da retomada da luta camponesa você tem um processo de repressão também muito brutal, mas é o grande

latifúndio que a gente disputava terra, que morava aqui na região Amazônica, foi se transformando no chamado grande Agronegócio e a disputa com as grandes empresas transnacionais, então esse latifúndio também não tem mais sede aqui, esse grande Agronegócio ele não mora mais aqui na Região. Com exceção de um setor periférico, digamos assim da concentração fundiária, o setor periférico ainda mora aqui, ainda reside aqui. Então esses promovem organizações mais brutais, são esses que contratam pistoleiros, são esses que são mais insanos na sua forma de atuação, que contratam jagunços para espancar, para torturar os trabalhadores rurais, como é o caso mais específico aqui da fazenda Santa Lucia. Ali são latifundiários grileiros de terra que procuram mesmo consolidar na brutalidade um no processo mais primitivo da posse da terra, são esses que contratam a pistolagem. As grandes empresas estão migrando para um processo mais modernizado da chamada “pistolagem” que são as empresas de segurança que a gente fala né, as grandes empresas de segurança que estão sendo controladas aqui por latifundiários, por processo de migração de modernização da repressão do campo. Mas ao mesmo tempo tem aliado a isso o processo de judicialização da disputa pela posse da terra. Se você pegar as ocupações de terras que aconteceram em áreas dominadas pela Vale do Rio Doce em fazendas do Banco Oportunity, aqui você tem um número gigantesco com o número grande de lideranças do movimento sem-terra do MST que sofre um processo na justiça. Nós tivemos três trabalhadores que foram condenados pela Vale com o Martins de Carvalho e mais dois garimpeiros que foram condenados a pagar 5 milhões de reais de indenização para a Vale por conta de interdição da ferrovia. Lutas sociais para que a Vale fizesse reparos aos seus danos ambientais na região. Condenação. Você tem advogados como Zé Batista, que é da comissão pastoral da terra, também condenados pela Vale por conta da atuação das lutas camponesas da região. E você tem agora só do MST, que nós tivemos só do MST, são 18 trabalhadores que sofrem processos, entre os quais eu, sofrem processos da Vale do Rio Doce também por conta de mobilização de massa na ferrovia da Companhia exigindo da Vale toda a reparação da atuação predatória na região dos crimes ambientais, dos crimes trabalhistas que ela comete e não tem reparação com os trabalhadores. Inclusive em terras do próprio MST, passando por dentro de assentamentos nossos e não tem nenhuma reparação e não tem nenhum compromisso com a população da região. Então tem um processo de judicialização muito forte também, muito severo, mas ao mesmo tempo a desordem, o caos fundiário do Estado por conta da inoperância, da incompetência e do patrocínio do Estado é o palco das principais tensões aqui. Segundo é que o Estado do Para está completamente desorganizado do ponto de vista da organização das políticas públicas. Se pegar os piores indicadores sociais do Brasil, o Pará está no topo desta listagem. Pior índice da Educação Básica, os crimes ambientais do Pará encabeçando a lista dos piores estados em relação aos crimes ambientais, os crimes em relação desrespeito à legislação trabalhista. Portanto, o Para é campeão nacional de trabalho escravo.

Então o Para é, na verdade, um estado completamente desorganizado do ponto de vista das políticas civilizatórias e que é isso que as populações exigem. Então isso é, digamos assim, um grande amparo, um grande combustível para essa explosão de violência generalizada.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Nas palavras dos movimentos, como ocorreu o Massacre de Pau D'Arco?*

ULISSES:

Bom, agora nós estamos vivendo em um processo de espera da perícia, do resultado da perícia, que os setores públicos estão fazendo em relação ao conflito. Mas, de certa forma, o que que já está segundo o depoimento dos sobreviventes? Essa área foi reocupada agora recentemente depois dos dois processos de reintegração de posse na fazenda Santa Lucia. Foi reocupada recentemente por esses mesmos trabalhadores. Ainda não tinham conseguido nem montar o acampamento na área. Estavam na área, estavam ainda montando o acampamento, quando teve uma operação da polícia militar de Redenção, que não é uma polícia especializada para conflitos agrários muito menos para reintegração de posse. Não foram fazer reintegração de posse, foram, segundo a polícia, cumprir quatro mandatos de prisão e quatorze de busca e apreensão. Foram para a região. Segundo os relatos dos sobreviventes, a polícia chegou atirando, humilhando e espancando os trabalhadores que não conseguiram fugir. Vários conseguiram fugir ainda, outros foram capturados e foram massacrados por conta da operação da polícia. Massacrados literalmente. Esse foi o relato de quem conseguiu fugir e ainda viu os policiais sorrindo, espancando, humilhando os trabalhadores e escutavam vários disparos. Esses trabalhadores fizeram esse depoimento e a imprensa, inclusive, teve acesso a esse depoimento dos que relataram esse fato. A polícia já chegou atirando, o que desmente completamente a tese inicial do sistema de segurança pública de que a polícia foi recebida com balas. Segundo, não há comprovação ainda de que aquelas armas que eles apresentam supostamente dos trabalhadores sejam dos trabalhadores. Você teve, segunda a própria OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, uma manipulação do cenário, do chamado Teatro do IBR como eles falam como uma linguagem militar. Uma completa manipulação e alteração do cenário do conflito. Então, eles retiraram completamente os corpos da região, impediram a autopsia na própria região, um levantamento na própria região. Eles retiraram completamente todas as capsulas de bala. Então isso alterou completamente o cenário da chacina. Mas, de certa forma, os movimentos sociais afirmam que houve uma matança generalizada. Há denúncias de que foram financiados pelos próprios fazendeiros da região pra cometer esse tipo de ação, mas isso só uma investigação mais, digamos assim, delicada vai conseguir apurar. Mas na visão dos movimentos sociais foi uma cachina, um massacre, previamente deliberado pela polícia militar, pelas forças de repressão do Estado. Não há em hipótese alguma a possibilidade de

conflito. No conflito você coloca conflitantes em pé de igualdade, o que não ocorreu em hipótese alguma.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Pensando ainda essa conjuntura do Massacre eu peço nos dê uma contextualização da área e que nos dissesse quantos sobreviventes nós tivemos e quantas pessoas que não foram mortas, mas sofreram algum tipo de violência.*

ULISSES: Essa área que nós estamos falando, a fazenda Santa Lúcia pertence ao Estado. São terras públicas estaduais. Segundo uma das informações que nós temos, são cerca de 5 mil de hectares de terra. Uma fazenda grande, são 5 mil hectares de terra, ou seja, um módulo acima do permitido aqui na região. O fazendeiro, tinha conseguido título de 600 hectares somente e o restante era terra grilada. Então foi pedida a regularização dessa área, mas não foi garantida. Portanto, uma área completamente ilegal, completamente irregular. É completamente irregular que eles permaneceram, como é típico na região. E ali chegaram a ter acampamentos de cerca de 200 famílias antes do primeiro despejo. Só que teve uma primeira reintegração de posse. Aí o pessoal fez mobilização, voltou pra área, houve novamente uma reintegração de posse e agora voltaram pra terra e não tinha ainda tempo hábil para uma nova reintegração de posse. Mas, segundo relato das pessoas, foram 10 assassinados. Dentre eles uma mulher, uma brutalidade terrível né. Foram 7 de uma mesma família e ficaram 14 feridos. Feridos em estado grave inclusive, ainda permanecem 2 feridos em estado grave no hospital em Redenção. Então esse é o cenário e esses 2 inclusive estão sob proteção policial infelizmente por conta da possibilidade de ameaça. Hoje acontece lá em Redenção uma mobilização de fazendeiros, de empresários, organizada pelo sindicato de policiais e por dois deputados federais completamente irresponsáveis que estão incitando a violência. Eles que estão puxando, estimulando essa mobilização, inclusive dizendo que eram bandidos, estimulando de verdade essa violência. Então o clima na região está de completa tensão e a CPT permanece fazendo um acompanhamento disso também como proteção policial por conta das ameaças que estão acontecendo lá. Então hoje as famílias estão completamente dispersas, dispersaram. Estão dispersas e aí como eles eram, na verdade, ligadas à FETRAF, os movimentos sociais estão reunindo aí para ver quais são os procedimentos que vão tomar, mas um dos procedimentos de encaminhamento é a exigência imediata da retomada das áreas por conta do Estado para a criação do assentamento. Uma saída honrosa. E nós estamos responsabilizando diretamente o INCRA, para nós a responsabilidade é inteiramente do Instituto Nacional da Reforma Agrária por conta da origem do conflito. Não tem resolução do conflito, não teve vitória na área e não teve sequer a desapropriação para a criação do assentamento. Segundo, a responsabilidade completa do Estado, do seu sistema de segurança incompetente e que tem na verdade atuar como um braço armado do grande latifúndio aqui na região. Então, a responsabilidade é completa do

Estado. Eles já se eximiram da irresponsabilidade, dizendo que foram recebidos a balas. Mesmo se fossem recebidos a balas, eles tinham o dever moral de optar por um caminho mais preparado para evitar uma chacina dessa natureza. Foi na verdade patrocinado, tanto que já afastaram imediatamente um policial.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Não houve nenhum tipo de diálogo em que o INCRA pudesse prever a possibilidade desse tipo de conflito? Alguma informação que foi passada anteriormente, algo nesse sentido para que eles que eles tivessem a noção de que isso viria a ocorrer?*

ULISSES: Tudo era plenamente evitável. Primeiro porque o Estado, ele é um mediador dos conflitos sociais. Na acepção do termo, o Estado precisa mediar os conflitos dos diversos interesses de uma determinada sociedade. Qual o problema? É que o Estado atua como um dos colaboradores do conflito tomando posição sempre pelo lado do latifúndio e do Agronegócio. O que que acontece? Foi criado um instrumento entre o governo Brasileiro que é a chamada Comissão Nacional de Mediação de Conflitos Agrários. Essa mesma comissão foi desmantelada, desmontada por esse governo que assumiu a Presidência da República na atualidade, no governo Temer. Então se tinha um desembargador, que era o desembargador Gercino Filho que era o grande responsável por essa comissão nacional de mediação de conflitos agrários. Qual era o papel da comissão? Onde tinha conflito, onde tinha áreas ocupadas essa comissão chamavam os diversos atores. O pretense proprietário ou proprietário da terra e aqueles que estavam disputando propriedade da terra, no caso posseiros ou sem teto. Chamavam os setores, conversava e procurava junto às autoridades tomar medidas para poder primeiro fazer um levantamento cartorial das propriedades, fazer vistoria da propriedade para ver se ela tinha possibilidade ou não de ser passível de reforma agrária. Essa mesma comissão que atuou no Brasil inteiro minimizando e diminuindo conflitos foi desmantelada quando assumiu a mais de um ano atrás esse governo do Michel Temer que não tem compromisso absoluto nenhum com ninguém. Então o governo demitiu essa mesma comissão, nomeou algumas pessoas para assumir a comissão, mas efetivamente a comissão não está mais atuando. Então isso gerou toda a explosão de violência no Brasil inteiro que são esses 36 assassinatos na atualidade. Segundo, o governo também tem uma comissão Estadual de mediação de conflitos agrários que não está atuando na atualidade. O que significa dizer que o Estado poderia sim atuar, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria poderia pegar das suas atribuições para primeiro fazer um levantamento também cartorial da situação, fazer uma vistoria e logo da propriedade pra saber se ela era ou não passível de reforma agrária. Então isso já dá pelo menos. E a outra era buscar saber se a área era completamente regularizada, o que não é o caso dessa propriedade. Se ela fosse, se o proprietário tivesse seus direitos, era o dever do INCRA buscar uma alternativa

para assentar as famílias. Só que isso não tem operação, não tem atuação e isso gerou obviamente a explosão dos conflitos.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Bom, de um lado nós temos uma mediação dos interesses, com capilaridade inclusive por meio de figuras que tem difundido pelas redes sociais alguns vídeos fazendo ataques diretos. E do outro lado nós não temos então a mediação dos conflitos a favor dos movimentos. Além disso, nós temos esse massacre, mas temos também outros potenciais. Quais são esses outros potenciais e também quais são esses protagonistas dessa mediação de interesses que não são populares dentro do Estado?*

ULISSES: Bom, primeiro é importante destacar quem são aqueles que cometem crime na região. Se tem, por exemplo, em relação aos conflitos no Pará, primeiro os interesses do Capital privado que eu já falei. Latifundiários que atuam de forma criminosa na marginalidade da lei, atuando, perseguindo e contratando pistoleiros. Existe na verdade uma atuação decisiva do que a gente chama de consórcio da morte aqui. Se você pegar todos os casos de assassinatos no campo aqui, por exemplo, você tem o caso da irmã Dorothy de 2005 em que se teve reuniões previamente marcadas com fazendeiros da região que colaboraram, patrocinaram e que os mesmos esconderam os mandantes dos assassinatos em suas propriedades. Você teve no caso o massacre do Eldorado dos Carajás, no Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, que se reunião previamente dizendo como iriam patrocinar, financiar a própria polícia para atuar, no caso a polícia de Parauapebas e Marabá, para promover a chacina do massacre de Eldorado dos Carajás. Por isso ele já foi um assassinato, uma chacina previamente articulada. Na região do sudeste do Pará, naquela região que vai de Marabá até Canãa dos Carajás, Parauapebas, Eldorado e Curionópolis, tiveram reuniões prévias agora dos fazendeiros dizendo que existe uma lista e nós fomos alertados dessa reunião que existiu entre os sindicatos que eles chamam de Produtores Rurais (sindicato de fazendeiros). Fizeram reuniões prévias dizendo que existe uma lista de marcados para morrer que era para todos nós lideranças do MST tomarmos muito cuidado. Essa reunião aconteceu em menos de dois meses atrás, tanto que nós fizemos uma denúncia formal na secretaria de segurança pública do Estado do Pará. Reunimos com secretários de segurança que é o Coronel Janot. Fizemos essa denúncia listada para a secretaria de segurança pública alertando do clima de conflito na região toda. Não foi tomada nenhuma providência e aconteceu novamente assassinatos seguidos na mesma região, ou seja, os crimes são cometidos por agentes do setor privado, nós sabemos quem são, nós denunciarmos às autoridades e não há medidas nenhuma em relação a isso. Na região no Baixo Amazonas também, nós sabemos quem são. Latifundiários da região, sojeiros que migram para aquela região de Santarém-Cuiabá e fazem consórcio também. E fizeram denúncias há pouco mais de dois anos. Ameaçados de morte em redes sociais, Padre Boini,

Padre Gilberto, pessoas que atuam defendendo os direitos humanos na região. Na região do Marajó, os mesmos arroteiros também fazem consórcio para assassinar, para perseguir, para intimidar os trabalhadores, ou seja, existe todo um contexto, um contexto de ameaças que já são previamente estabelecidos, fazem as reuniões e promovem isso aí. Então há uma, o rastro desta situação está muito claro, basta o Estado atuar na perseguição e na repressão desses crimes. Acontece que isso não é, digamos assim, implementado.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Podemos notar que há uma certa arquitetura da violência aqui, uma engenharia da violência e que nós temos também alguns protagonistas como, por exemplo, o caso do deputado Eder Mauro que tem sido um Think Tank do latifúndio e do Agronegócio no tocante à defesa da “propriedade privada”. Como nós poderíamos pensar algo mais ou menos nesse sentido?*

ULISSES: Isso aqui seria basicamente aquela engenharia, a operação por baixo desse processo todo. A gente fala muito de assassinato no Pará e na Amazônia. A gente sabe que é o conflito fundiário e a falta de resolução do ordenamento fundiário a raiz do problema, mas você tem os operadores do sistema né. Quem é que opera? Ninguém morre por acaso. Quem é que opera? Primeiro quem assassina quem? Quem assassina objetivamente? Quem executa são pistoleiros, empresa de segurança e a polícia. Você tem aqui esses três, digamos assim, os operadores desse sistema. Mandatos por quem? Quem manda assassinar em primeiro plano? Quem manda assassinar em primeiro plano são os grandes proprietários de terra, latifundiários e grileiros de terra; empresas mais, digamos assim, organizadas do chamado Agronegócio, que são aquelas que já contratam as empresas de segurança. Nós tivemos vários conflitos. Por exemplo, nós tivemos conflito na fazenda Maria Bonita que é do Banco Oportunity. Portanto, um banco de sistema financeiro para empresa de segurança. Nós tivemos os conflitos na fazenda Cedro, também propriedade do Daniel Dantas que é o principal acionista do banco Oportunity e que é na verdade um grande ladrão que grilou terra na região, que comprou diversas propriedades de terra com a porteira fechada. Esse grande capital também contrata e contrata de forma especializada. Teve o caso de um deputado federal, que é deputado federal do PTB, se envolvendo no esquema da máfia das Sanguessuga, que foi a máfia das ambulâncias. Denunciado por desvio de dinheiro público, grilou 7 mil hectares de terra em Santa Luzia do Pará aqui na chamada fazenda Cambará. Sua empresa de segurança com jagunços armados assassinaram um trabalhador rural, torturaram um segundo trabalhador chamado José Valmeresco Soares no ano de 2014. Você teve aí a impunidade até hoje. Ficou 40 dias preso o mandante, filho do pastor que permaneceu pouco tempo na cadeia. Você tem uma engenharia. Quem são aqueles que cooperam nesse sistema? Primeiro, quem opera no sistema são os pistoleiros. Quem contrata, são os chamados fazendeiros. De onde vem o grosso da pistolagem do Estado do

Para? Vem dos Estado do Maranhão. A maioria dos pistoleiros, pistoleiros clássicos que a gente conheceu na luta pela terra aqui como o chamado Sebastião da Terezona, o chamado Zé Mucura que atuava na Região do Tucuruí. A maioria desses pistoleiros vieram do Estado do Maranhão por conta da miserabilidade do Estado e por conta dessa fronteira aberta aqui no Estado do Pará. São contratados na região porque a fronteira é aberta, depois fogem para a mesma região, ou seja, esses pistoleiros atuam em diversas regiões, mas inclusive tem escalas, por exemplo, de preços de cabeças de dirigentes, padre custa determinada quantidade, advogado defensor dos direitos humanos custa determinada quantidade, lideranças dos trabalhadores rurais sem terra custa determinada quantidade, ou seja, existe inclusive tabela de preço em relação a isso. Esses pistoleiros atuam em forma clandestina, tem uma sequência grande de assassinatos que cometem não só no Estado do Pará, mas em outros Estados e transitam especialmente nessa região nossa, especialmente, no Pará, no Tocantins e no Maranhão. Quem mais atua para as chamadas empresas de segurança como já falamos? Então é muito frequente agora na atualidade a atuação de empresas de segurança que nós dizemos que é a profissionalização da antiga pistolagem. Essas empresas de segurança atuam nessas fazendas mais modernas. O chamado setor do agronegócio que atuam inclusive de forma oficial algumas, outras utilizando arma de grosso calibre que não é atribuição dessas empresas de segurança como é a doze de repetição, pistolas também que são de utilização exclusiva da polícia e das forças armadas, ou seja, armas de alcance longo, que não são de atribuições de empresas de segurança. Empresas de segurança só podem atuar no máximo com uma 38, um revolver de calibre 38. Então essas empresas atuam com cartucheira, arma de repetição enfim. Então, essas empresas que atuam oficialmente e também na clandestinidade, que são empresas contratadas do chamado agronegócio. E um outro setor que executa as operações é exatamente a polícia militar que atuam de forma oficial no caso da chacina de Eldorado do Carajás, dessa chacina agora de Pau D'Arco, mas ao mesmo tempo também atua de forma clandestina sendo contratada das mesmas empresas de segurança. Um exemplo disso? Vários dos policiais que participaram do assassinato do Fusquinha, que é Onalício Araujo Barros e do Doutor chamado Valentin Serra na fazenda Goiás II em Parauapebas no ano de 1998, já haviam participado do Massacre de Eldorado dos Carajás como oficiais e de forma oficial do massacre do El Dourado dos Carajás, ou seja, há uma repetição da atuação da polícia de forma oficial, mas ao mesmo tempo sendo contratada para fazer determinadas ações de forma clandestina por proprietários de terra. Então, digamos assim, são esses ou aqueles por conta da operação da chamada pistolagem na região e nos conflitos no Estado do Para.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Durante o primeiro golpe que estabeleceu a ditadura militar nós tivemos uma forte participação dos latifundiários. Tem até um professor amigo que trabalha*

com a ideia do Agrigolpe, Clifford Welch, e ele vem recentemente destacando essa relação do Agronegócio com o Temer e como ocorreu essa aproximação. Isso passa muito despercebido para a maior parte da população. Diante disso, eu fico pensando quais são as fronteiras novas que são abertas para o Capital e para o conflito? E, no caso da Amazônia, quais são os próximos pontos onde podem explodir os conflitos? Onde é iminente? Qual a consequência desse Agrigolpe para a Amazônia, sobretudo, para o Pará?

ULISSES: Isso é importantíssimo. Como a gente está falando que há um processo de expansão do Agronegócio na região e espacialização do conflito nós teremos obviamente novos conflitos explodindo no Pará e na região Amazônica. Isso é no nosso entendimento, o entendimento do MST e dos movimentos sociais, isso é inevitável. Inevitável. Basta ver que primeiro o Estado, através do governo e esse governo golpista que assumiu o Brasil não é o governo de partido político, não é um governo que representa todos os interesses da sociedade Brasileira. Pelo contrário, para nós está caracterizado como um governo de classe. Ele representa os grandes setores do empresariado Brasileiro, o Agronegócio, o setor industrial da FIESP, da FIEPA no caso do Para, da FAEPA (Fundação da Agricultura do estado do Para). Esses setores do empresariado nacional e dos interesses dos internacionais. Então é um governo de classe definido para implementar o desmantelamento da máquina pública em detrimento da consolidação do modelo do grande capital. Então esse governo tem um lado, definiu o seu lado e está desmontando toda a estrutura jurídica Brasileira consolidada e construída com a luta social, com o processo democrático Brasileiro, com a participação do povo brasileiro nessas essas lutas e conquistas. Essa é a característica do momento. Por que? Porque este governo não representa o interesse da maioria da população Brasileira. Por isso eles têm então financiado e colaborado com todo o desmonte daquilo que era que o Brasil construiu de mais avançado no aspecto da legislação. Seja de proteção do trabalho, ou seja de proteção ambiental, esse Estado começou a desmantelar isso para pavimentar a consolidação do chamado modelo do Agronegócio. Basta ver o código florestal que não começa com esse governo. Começa com o governo anterior do presidente Lula e da presidenta Dilma, começaram a relativizar o próprio código florestal Brasileiro. O Congresso Nacional Brasileiro, na verdade quem organizou e patrocinou a flexibilização da legislação ambiental para poder o latifúndio e o agronegócio se consolidarem no Brasil e especialmente na região Amazônica. Você vê agora a MP 759 que foi aprovada no Congresso Nacional que prevê a titularização das terras dos assentamentos para criar um processo de mercantilização dos lotes agrícolas para o agronegócio reconcentrar terra. É uma grande ameaça para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. O processo de emancipação dos assentamentos, ou seja, o Estado abre mão, se isenta das responsabilidades dos assentamentos, da criação e consolidação dos assentamentos para que os assentamentos sejam territórios autônomos. Portanto, com o título de propriedade na mão você pode inclusive comercializar, ou seja, para

o agronegócio avançar ele precisa de terra e território. Então ele visa também os milhões de hectares de terra conquistados pela luta social dos trabalhadores na região Amazônica. Então, por outro lado você tem com essa, digamos assim, abertura, o desmantelamento da legislação ambiental, da legislação trabalhista, da legislação Brasileira que protege as áreas da região Amazônica. Inclusive com a abertura da fronteira, com a compra, com a possibilidade agora com a convocação do Congresso Nacional para a compra de terras por estrangeiros. E aqui na região Amazônica quem concentra propriedades são: Norte Americanos, Chineses e Franceses que concentram cerca de 3 milhões de hectares de terra. Com essa possibilidade concreta aberta agora com esse governo golpista você tem então a possibilidade de uma expansão do agronegócio que já vinha sendo consolidada no governo Brasileiro. O que acontece? Nós temos várias frentes abertas de consolidação do modelo. O que o grande capital e o governo brasileiro pretendem? Primeiro criar um sistema grande de comunicação aqui na região Amazônica. Então, a proposta da consolidação deles é um grande modelo de comunicação e interligar a região através da comunicação. Segundo, um grande e complexo sistema viário ou seja de hidrovias. Hidrovia Araguaia-Tocantins, hidrovia do Marajó e hidrovia do Tapajós para conectar a grande produção de soja, de *commodities* para o centro sul brasileiro, do sul e sudeste do Para, do Nordeste Paraense e da região do Baixo Amazonas através da Santarém-Cuiabá e da Transamazônica que está em expansão com os portos de Santarém, com uma saída para o pacífico, com o porto de Vila do Conde, que está sendo triplicado em Barcarena e há perspectiva de ampliação, com a construção do Porto dos Pardais que seria uma ligação mais direta ainda com o Oceano Atlântico no litoral paraense, ou seja, esse sistema de hidrovias. Um sistema de ferrovias. A Vale já está com plena duplicação da ferrovia que vai desde a Serra dos Carajás até o porto da Vila do Conde. A Vale pretende ainda criar um outro sistema de ferrovia que vai da serra dos Carajás até região de Santarém. A Vale pretende ampliar o seu mineroduto que vai da Serra dos Carajás, passa por Paragominas que é produtor de Salobro, e que vai passar pelo por regiões de Moju, toda essa região nordeste do Estado e que vai conectar com porto de Vila do Conde. Você tem a expansão e consolidação do modelo dos agrocombustíveis e da indústria alimentícia através da palma de dendê no território norte e nordeste Paraense, ou seja, há toda uma espacialização e consolidação do modelo do agronegócio e ao mesmo tempo são essas regiões que começam a explodir conflitos. E no caso da região do Xingu com a indústria da pecuária, chamada terra do meio, avança a indústria da pecuária para a região, conflitos fundiários na região começam a explodir, a instalação das hidrelétricas seja de Belo Monte, que já é uma região extremamente conflituosa com os indígenas e com as populações tradicionais da região, pescadores e tudo mais, você tem ao mesmo tempo agora a mineração com um grande projeto de mineração que está sendo consolidado agora por empresas internacionais. Também a consolidação dos arrozeiros na região do Marajó, ou seja, onde

avança o agronegócio, se consolida também o conflito e são nessas regiões que inevitavelmente irão se multiplicar em novos conflitos na região.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Qual é, na visão dos movimentos socioterritoriais e nessa conjuntura de golpe e de conflito iminente, a importância do território?*

ULISSES: Primeiro, fazendo uma avaliação crítica. A grande crítica que o MST faz em relação aos movimentos sociais, primeiro que os movimentos atuam de forma muito isoladas, atomizadas e dispersas porque são movimentos de massa. Então o movimento de massa, pela sua natureza, a pauta é a evidentemente econômica. Então a pauta é basicamente a existência, sobrevivência e a sua subsistência. Então, por exemplo, os indígenas não querem nada mais do que o governo que já vivem né, essa forma de relação diferenciada com a natureza, com o território, com as suas divindades e com as sua cultura. E isso é fortemente, brutalmente ameaçado quando chega o colonizador através do modelo da pecuária, do garimpo e da expansão do agronegócio. Os movimentos sociais de luta pela terra querem terra e a terra em um primeiro momento também é vista como uma forma de reprodução da sua existência como camponeses, uma existência econômica. Só que depois a gente percebe que só a terra não basta, a gente precisa de outras políticas que aí passam a ser Reforma Agrária e aí já passa a ser território. Então é a passagem da luta pela terra pura e simplesmente como um viés econômico para a luta como um território onde as comunidades têm que ter autonomia, tem que ter autogoverno e autogestão, ela passa a ser uma medida preferencial dos próprios movimentos. Porque se você for analisar, os governos brasileiros criaram assentamentos, mas ao mesmo tempo não implementaram políticas públicas. Você não tem um assentamento sequer que foi completada 100% a implementação de políticas públicas. Então essa transição da mega luta pela terra para a luta pelo território como um espaço de poder, como um espaço de criação de uma nova cultura política, o espaço de criação de uma nova cultura produtiva, como um espaço de contradição com a matriz do grande capital e do agronegócio é na verdade o projeto político que o MST encampa e que o MST acha que os outros movimentos sociais também devem promover. Porque que eu digo que acha? Porque isso é um projeto em transição. Porque? Porque para criar autonomia dos territórios você precisa mudar a matriz tecnológica de produção. Não basta ganhar terra e reproduzir pequenos minifúndios aquilo que o agronegócio produz A roça no topo, a roça de queimada, isso é predatório para a própria região Amazônica. Muito embora seja a tecnologia que está à disposição da agricultura, mas é preciso mudar a matriz tecnológica de produção e para nós a matriz tecnológica de produção chama-se agroecologia. O problema é que a agroecologia, como é uma ciência nova é um tema aberto. É um tema em construção e a mesma experiência para o MST rica, vitoriosa da agroecologia que é implementada no sul do Brasil, não pode ser implementado na Amazônia. Deve-se ser utilizada as boas experiências,

mas a Amazônia é um bioma extremamente complexo. Então é um termo em construção a partir de toda a vivência. Os saberes que as comunidades indígenas já têm aqui são fundamentais para construir essa nova matriz tecnológica de produção. Uma coisa é certa, nós já estamos experimentando isso em diversos territórios nossos. Hoje nós já temos várias experiências multiplicadas de agroecologia e nós queremos que ela se multiplique, se massifique porque para nós agroecologia não é produzir alimentos saudáveis para colocar no mercado alternativo e vender 40% mais caro. Nós não queremos isso, nós queremos vender alimentos baratos. Para vender alimentos baratos para o grosso da população e não só para aqueles que tem recursos para poder comprar, que é para a população pobre mesmo, você tem que multiplicar e massificar essa produção. Esse é o grande objetivo do MST, que é a autonomia na produção de alimentos e criar respeito a esses territórios. Então esse é o nosso projeto político e para nós isso, de fato, colocará em cheque esse modelo predatório do agronegócio.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Antes de finalizar eu gostaria que você falasse da sua participação dentro do MST, da Via Campesina e da CLOC para que pudéssemos compreender a articulação das escalas.*

ULISSES: Antes disso, eu vou falar que nós entendemos a seguinte questão. O capital hoje ele está muito mundializado, o capital globalizado. O chamado capital financeiro submeteu a agricultura e a agricultura é um suporte desse capital financeiro no mundo inteiro. Portanto, a ideia é mercantilizar tudo inclusive todas as formas. Inclusive a própria natureza. Eles atuam nessas diferentes escalas no mundo inteiro, por isso que a gente acha que também que os agricultores não só no Brasil, não só do Pará e na Amazônia, têm que atuar nas diferentes escalas também. Então por isso, por essa necessidade surgiu a necessidade dessas grandes articulações internacionais do próprio MST como, por exemplo, a criação da Via Campesina na década de 90 foi uma necessidade de articular essas lutas em escala planetária que nos fez criar a Via Campesina, que é uma experiência vitoriosa. Hoje se trata da maior organização de trabalhadores e de camponeses, camponeses do mundo inteiro, uma grande articulação global para enfrentar o grande capital também nessas diferentes escalas. E na América Latina a criação da Coordenadoria Latino Americana da Organizações do Campo, que é a CLOC e também atuando em escalas Latino-americana, articulando as lutas, criando uma unidade campesina na região, intercambiando em diversas experiências organizativas fortalecendo cada experiência a partir disso. Então a gente acha que esse capital hoje é a supremacia não só no ponto de vista econômico. Ele é a supremacia, a hegemonia na sociedade no ponto de vista político. A política hoje é refém desse mini projeto. Então no Brasil não existe partido político, com exceção de alguns partidos políticos de esquerda que tem semelhanças na estrutura partidária clássica. Você tem grupos de interesses. Então o governo, esse governo

que assumiu o Brasil, ele é um governo que ele é uma expressão dos interesses do grande capital. Como ele esse grande capital atua em diversas frentes, nós também temos que atuar em diversas frentes. A gente acha que os movimentos sociais do campo têm que atuar primeiro ocupando, lutando pelo desenvolvimento pelo poder político do próprio território ao mesmo tempo se articulando com as iniciativas das cidades. O que existe de experiência importante de dialogo democrático nas academias e na academia em diversas formas subsidiando de conhecimentos camponeses, fazendo esse tipo de diálogo com os saberes do próprio campesinato. Nós temos que criar um braço, mesmo com as contradições do parlamento burguês, mas fazendo também um debate ampliado com parlamentares que tem compromisso com a luta e com a causa social, com os partidos políticos de esquerda, com setores urbanos massivos, especialmente a juventude que vive essa contradição nas grandes periferias, com a população das periferias que serão beneficiadas com o processo massivo de reforma agrária. Esses são os desafios postos na conjuntura. Se o capital atua em diferentes escalas, em diversas frentes, nós dos movimentos sociais também não podemos também viver somente na resistência. Temos que passar contra a ofensiva nessas diferentes escalas e isso requer um grau unidade superior ao alcance do governo na atualidade. Esse é o grande desafio colocado e posto para a gente. Por isso a gente tem atuado dessa forma. Hoje eu sou assentado, no assentamento Martins de Abril, fica a 74km de Belém, faço parte da direção Estadual dos movimentos dos trabalhadores do Movimento Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado do Pará e também faço parte da direção nacional do MST e atuo na coordenação da Via Campesina Amazônia aqui também da região articulando com diversos movimentos sociais.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Qual a importância dessa articulação e, sobretudo, da educação do campo e do IALA Amazônico não só nos contextos das lutas aqui mais locais, mas também em termos de América Latina e mundo?*

ULISSES: Primeiro que nós, à partir dessas experiências, que tiramos várias estratégias de ação global. A gente acha que o MST tem sido uma experiência vitoriosa no ponto de vista organizativo. Tem sido, digamos assim, não um exemplo, porque exemplo eu acho que é muito presunçoso na verdade. Mas o MST é uma experiência vitoriosa do ponto de vista da organização dos camponeses e pode ser uma experiência que pode se multiplicar e se reproduzir de formas diferentes obviamente, mas encorajando o nível de organização superior do campesinato. À partir disso, várias estratégias como, se o capital atua em diferentes escalas, temos que atuar também em diferentes escalas. Então a Via Campesina se tornou o grande escoador dessa política no plano internacional e a CLOC na América Latina. Mas o que nós entendemos? Para consolidar um projeto mais ou menos unificado de luta, onde fortaleça as diversas experiências a partir das particularidade regionais, mas com uma linhas

políticas unificadas era preciso criar experiências de formação do ponto de vista dos trabalhos unificados. Então à partir dessa experiência da Via Campesina, da CLOC, mas também da articulação latino-americana de organização do campo a ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da América) com a participação de movimentos sociais, fomos criando experiências de formação em escala ampliada que são os Institutos Latino Americano de Agroecologia, o Instituto Latino Americano de Agroecologia Guarani, o Instituto Latino Americano de Agroecologia no Chile, o Instituto Latino Americano de Agroecologia na própria Venezuela e aqui para Bioma Amazônico nós lançamos o desafio de criar o IALA que é o Instituto Latino Americano de Agroecologia para o bioma amazônico no assentamento do Palmares II, num assentamento do MST na cidade de Parauapebas. Então à partir dessa experiência nós fomos ampliando a relação com a academia que se dispôs a fazer um diálogo conosco e a partir disso várias turma de formação do campo da agroecologia para multiplicar a experiência, o conhecimento e a própria experiência em todo território foi se consolidando. À partir disso, aquilo que a gente já vinha discutindo desde a década de 90 com a consolidação de uma visão ampliada dos movimentos sociais de educação do campo. Primeiro que o Estado sempre teve uma educação para o mundo rural. Na lógica deles era o mundo rural tendo em vista a formação de mão de obra para o mercado capitalista e nós vimos que o processo seria diferente. A ideia era partir do conhecimento e de saberes não de fora para dentro, mas partindo dos conhecimentos que as populações do campo já acumulam e já tenham seu histórico de vida e sistematizando com a experiência da própria academia das escolas, das universidades nós fomos consolidando a ideia de educação do campo os saberes que partem dos próprios sujeitos com seus conhecimentos. Aí foi consolidando esse modelo, conectando essa lógica de formação ampliada que não é só a formação do estudo formal, mas também conhecimentos no campo político e nós fomos então multiplicando essas experiências e isso criou em 2010 um programa que virou lei e que é chamado PRONERA. Multiplicando a possibilidade de ampliação do acesso a essa universidade e isso vai empoderando, dando poder, conhecimento para as populações do próprio movimento sociais. Então essa estratégia para nós é central. Sem educação, com seres humanos ignorantes do ponto de vista do acúmulo de conhecimento nós jamais conseguiremos construir uma estratégia de poder. Então estratégia de poder passa necessariamente pela multiplicação e ampliação do conhecimento e essas estruturas estão a serviço da massificação do conhecimento e do saber no meio dos camponeses e camponesas e que isso potencializa também a nossa forma de fazer. Ciência, conhecimento e técnica são fundamentais para ampliar as experiências vitoriosas dentro do campesinato.

29 de maio de 2017
Belém, Pará, Brasil

Sobre os autores

José Sobreiro Filho – Graduação, Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista; Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará.

Ulisses Manaças – Liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da Via Campesina.

Como citar esta entrevista

SOBREIRO FILHO, J.; MANAÇAS, U. Questão agrária, o massacre de Pau d'Arco e violência na Amazônia: entrevista com Ulisses Manaças. **Revista NERA**, ano 21, n. 41, p. 354-372, Dossiê, 2018.

Recebido para publicação em 03 de janeiro de 2018.
Aceito para a publicação em 15 de janeiro de 2018.
